

# A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO CONTINUADA DOS ASSISTENTES SOCIAIS NA ATUAÇÃO COM AS POLÍTICAS PÚBLICAS.<sup>1</sup>

Lygia Pereira<sup>2</sup>

Georgia Maria Ferro Benetti<sup>3</sup>

## RESUMO

Nesse artigo apresenta-se uma breve reflexão sobre a importância da busca pela formação continuada dos profissionais de Serviço Social que atuam com políticas públicas. Destacamos aqui a política pública de assistência social, que ao longo dos últimos anos se consolida de maneira significativa, no qual proporciona o crescimento e fortalecimento do assistente social. Este trabalho tem como proposta identificar os benefícios da construção de saberes diante das novas demandas do trabalho, e possibilitar um novo olhar sobre as exigências do exercício profissional. Essa é uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, a partir do contato com alguns assistentes sociais, que responderam um questionário de pesquisa online. Dentre as diferentes contribuições apresentadas em nossa pesquisa, os dados revelam que os profissionais de hoje enfrentam algumas dificuldades para alcançar a qualificação desejada. Entretanto, revelam também que se preocuparam com qualificação e educação continuada logo após concluírem o curso de graduação, o que demonstra ser um profissional comprometido com a relação teórico-metodológica de sua prática profissional.

Palavras Chave: Formação Continuada. Políticas Públicas. Educação. Prática Profissional. Serviço Social

---

<sup>1</sup> Artigo apresentado ao Curso de Especialização em Gestão Social de Políticas Públicas da Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL), como requisito parcial para obtenção do título de especialista.

<sup>2</sup> Aluna do Curso de Especialização em Gestão Social de Políticas Públicas da Unisul. E-mail: [lygia.pereira@unisul.br](mailto:lygia.pereira@unisul.br) ou [lygia\\_p@hotmail.com](mailto:lygia_p@hotmail.com)

<sup>3</sup> Professora Orientadora, doutora em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: [georgia.benetti@unisul.br](mailto:georgia.benetti@unisul.br) ou [profgeorgiab@gmail.com](mailto:profgeorgiab@gmail.com)

## INTRODUÇÃO

O assistente social é o profissional graduado no curso de Serviço Social e atua no campo das políticas públicas, que fazem parte do sistema político do país, atendendo as necessidades sociais da população e a efetivação de direitos previstos em leis. As políticas públicas, de âmbito federal, estadual e municipal se constituem no dever do Estado, e operacionalizam programas, projetos, serviços, benefícios e ações voltadas aos direitos dos cidadãos.

Ao longo dos anos as políticas públicas têm passado por diversas mudanças para atender as transformações na sociedade. As inúmeras modificações exigem atualização constante dos profissionais que atuam nessa área, que devem se qualificar para acompanhar as mudanças ocorridas.

Um dos princípios fundamentais que norteiam a ação profissional do assistente social, conforme o Código de Ética de 1993<sup>4</sup> é: “Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional”.

A consolidação do projeto ético-político da profissão trouxe um avanço ao pensamento crítico e fundamenta o profissional a desenvolver práticas comprometidas com mudanças significativas. O conhecimento adquirido ao longo da trajetória profissional possibilitará a conexão entre esse projeto e a atuação com as políticas públicas.

Por isso, a proposta desta pesquisa, realizada com alguns profissionais, é refletir sobre a qualificação e o compromisso dos assistentes sociais na prática profissional e na atuação com as políticas públicas, com base na análise e compreensão dos dados da pesquisa sobre como a educação continuada está presente ou não no projeto profissional de cada um dos sujeitos pesquisados.

Dentre as questões levantadas destaca-se a preocupação dos pesquisados na formação de um sujeito crítico e que buscam o conhecimento para aplicar na prática, além de serem incentivados pelas instituições no qual atuam. Isso demonstra que esses profissionais estarão à frente de conseguirem cargos de responsabilidades e até destaque

---

<sup>4</sup> Código de Ética do/a Assistente Social. Disponível em: [http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP\\_CFESS-SITE.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf)

na disputa por uma vaga, uma vez que a exigência do mercado de trabalho na atualidade requer profissionais confiantes e completos.

## **CONTEXTUALIZANDO A POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL**

No processo histórico das políticas públicas no Brasil, o marco se inicia nos anos 30, momento de desenvolvimento da industrialização no país e das políticas sociais implementadas por Getúlio Vargas. Já no ano de 1942 as políticas de proteção social se apoiaram nas ações assistencialistas da Legião Brasileira de Assistência (LBA), coordenada pela primeira dama, para atender às famílias de pracinhas envolvidos nas Guerras. Mas foi durante e após a ditadura, através das lutas dos operários e de movimentos sociais, que o governo procurou implantar medidas sociais, como por exemplo, a criação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS).

Essa trajetória política do país e da sociedade brasileira foi base para as reivindicações das políticas públicas de direito, garantidas em lei, que culminou na criação da Constituição Federal de 1988. É nesse momento que ocorre uma nova concepção para as Políticas Públicas no campo da Assistência Social, estabelecendo a garantia de direitos e de condições dignas de vida. A Assistência Social junto com outras políticas do campo social, como a saúde e previdência, formaram o tripé da Seguridade Social, que é a atual força política unida para o enfrentamento da questão social.

O reconhecimento da Assistência Social como direito do cidadão e dever do Estado trouxe em 1993 a criação da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, que regulamenta esse aspecto da Constituição e estabelece normas e critérios para organização da assistência social, com a definição de leis, normas e critérios objetivos. A LOAS é a lei que institui e define o perfil da política de assistência social e lhe dá sustentação legal. Nesta mesma década, foram instituídas a Política Nacional de Assistência Social – PNAS (1995) e as Normas Operacionais Básicas – NOB (1997) com o intuito de regular e organizar o sistema descentralizado e participativo.

Conforme o parágrafo único do segundo artigo da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS): “a assistência social realiza-se de forma integrada às

políticas setoriais, visando ao enfrentamento da pobreza, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais”. A universalização dos direitos sociais, referido no último item da citação, demonstra que a assistência social é compreendida como uma política pública, na qual não cabem práticas assistencialistas, como visto em toda a trajetória da assistência social no Brasil até a promulgação da LOAS e que, ainda hoje, é latente e presente na cultura política brasileira.

Na reflexão de Oliveira e Pinto (2005, p. 54) o direito a um patamar mínimo de recursos para a sobrevivência está preconizado na LOAS, e deve ser cumprido, pois é a partir dela que o papel da assistência irá se constituir em política processadora das demais políticas públicas para as classes menos favorecidas, tornando as políticas acessíveis à população excluída.

A Política Pública de Assistência Social tem por objetivo promover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e especial. Essa política visa contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais em área urbana e rural, além de assegurar que as suas ações garantam a convivência familiar e comunitária.

Dessa forma, a Política Social Pública permite aos cidadãos acessar recursos, bens e serviços sociais necessários, sob múltiplos aspectos e dimensões da vida: social, econômico, cultural, político, ambiental, entre outros. É nesse sentido que as políticas públicas devem estar voltadas para a realização de direitos, necessidades e potencialidades dos cidadãos de um Estado. (YASBEK, 2008 p.85)

No entanto, a Assistência Social, mesmo com a regulamentação das leis na LOAS, apresentou em seu processo histórico lentidão, seletividade e fragmentação das ações socioassistenciais. Nos últimos anos, a área da Assistência Social se reorganizou, e no ano de 2004 a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), instituída em 1995, foi revisada e aprimorada, trazendo as novas demandas da sociedade brasileira. A PNAS desenvolve e detalha a política de assistência social de acordo com as definições da LOAS, traçando o seu direcionamento em termos de gestão, serviços, controle e financiamento.

Com a reelaboração da PNAS, as políticas públicas no âmbito geral foram sendo fortalecidas a partir da articulação entre a política com estudos e pesquisas, que verificam a peculiaridade de cada território. Essa política pública se configura necessariamente na perspectiva socioterritorial, tendo os municípios brasileiros como suas referências privilegiadas de análise, cujas intervenções se dão essencialmente nas

capilaridades dos territórios. Essa característica peculiar da política tem exigido cada vez mais uma análise da dinâmica que se processa no cotidiano das populações.

Entretanto, após tantos avanços e conquistas, era preciso efetivar as diretrizes do artigo quinto da LOAS, a saber:

Art. 5º - A organização da assistência social tem como base as seguintes diretrizes:

I - descentralização político-administrativa para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e comando único das ações em cada esfera de governo;

II - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis;

III - primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo.

(BRASIL, 1993)

Durante todo o período compreendido de 1993 até 2005 ocorreram diversas Conferências Municipais, Estaduais e Nacionais, para a consolidação da Assistência Social enquanto política pública. Neste bojo, surge na IV Conferência Nacional de Assistência Social a perspectiva de implementação de um novo modelo de gestão, que seria o Sistema Único de Assistência Social – SUAS, implantado em todo o país a partir de 2005. Esse sistema efetiva – na prática – a assistência social como política pública de Estado, fazendo a necessária ruptura com o clientelismo e as políticas de favor, e altera o modelo de gestão e a forma de financiamento da assistência social.

O Sistema Único integra uma política pactuada nacionalmente, que prevê uma organização participativa e descentralizada da assistência social, com ações voltadas para o fortalecimento da família. Baseado em critérios e procedimentos transparentes, altera fundamentalmente operações como o repasse de recursos federais para estados, municípios e Distrito Federal; a prestação de contas e o modo como serviços e municípios estão hoje articulados. (FREITAS, 2007, p. 72)

Em síntese, o SUAS define e organiza os elementos essenciais e imprescindíveis à execução da política de assistência social, possibilitando a normatização dos padrões nos serviços, qualidade no atendimento, indicadores de avaliação e resultado, e objetiva consolidar um sistema descentralizado e participativo. É um modelo que pretende garantir o direito à convivência familiar e comunitária, e incorpora na Assistência Social o caráter preventivo das situações de risco, desenvolvendo habilidades e potencialidades, e tendo como ferramentas sistemas como o de vigilância e defesa social

Albuquerque (2011, p.79) afirma que o SUAS requer equipes de trabalho interprofissionais e atribui aos/às assistentes sociais um papel-chave na consolidação do modelo socioassistencial, desde que esses tenham uma dimensão de intervenção coletiva junto aos movimentos organizados e aos não-organizados, sobre os quais temos

muito que estudar e aprender. O SUAS requer um/a profissional que tenha uma abordagem que contribua com o fortalecimento do caráter protetivo das famílias, rompendo com a visão assistencialista que culpabiliza as famílias e seus membros. Um/a profissional que tenha clareza da oferta dos serviços e que reconheça os benefícios como direito. Que reconheça que os serviços fortalecem vínculos e possibilitam convivência e cuidado. É necessário também que essa categoria conheça e discuta mais os serviços socioassistenciais, pois há pouca discussão e pesquisas, o que dificulta muito a concretização do direito socioassistencial.

O crescimento e fortalecimento das políticas públicas da assistência social ainda enfrentam muitos desafios. É necessária uma articulação constante entre todas as categorias profissionais, para a efetivação, na prática, do conjunto de leis e direitos garantidos em nossa constituição. Portanto, cabe aos profissionais que atuam nessa política se atualizar, ou seja, continuar a qualificação teórica e metodológica dos processos de trabalho no campo profissional, contribuindo nas políticas com a construção de novos conhecimentos e de novas práticas reflexivas e inovadoras.

## **PRÁTICA DO PROFISSIONAL DE SERVIÇO SOCIAL E A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO CONTINUADA**

A construção do direito da Assistência Social e da história das Políticas Públicas no Brasil é um marco e um grande avanço para os profissionais do Serviço Social. Os assistentes sociais atuam na implementação de políticas públicas e de benefícios sociais, em diversos setores, como: saúde, educação, atendimento ao idoso, previdência social, habitação, assistência social, meio ambiente, mundo do trabalho, entre outras questões.

Esta prática profissional necessita de saberes e um conhecimento aproximado da realidade imediatamente dada, assim como exige valores, habilidades e atitudes. Isto porque toda a prática tem implicações éticas e políticas.

Para Iamamoto (1999, p.113):

O perfil predominante do Assistente Social historicamente é o de um executor terminal das políticas sociais, que atua na relação direta com a população usuária. Hoje exige-se um trabalhador qualificado na esfera da execução, mas também na formulação e gestão de políticas sociais e empresariais; um profissional propositivo, com sólida formação ética, capaz de contribuir ao esclarecimento dos direitos sociais e dos meios de exercê-

los, dotado de uma ampla bagagem de informação, permanentemente atualizada, para se situar em um mundo globalizado.

Entende-se que contemplar a prática profissional implica pensar a dinâmica da sociedade, as transformações ocorridas e suas constantes mudanças. A práxis social atua frente às expressões da questão social. O Assistente Social atua como o profissional mediador das relações, viabilizador dos direitos e recursos, socializador das informações pertinentes às demandas da população, lutando pela inclusão e igualdade social.

O exercício da profissão requer um profissional informado, crítico, culto e atento ao mundo contemporâneo, competente na gestão e elaboração de projetos, avaliação de programas e projetos sociais, capacitação de recursos, gestão de pessoas, entre outros, socializando informações e conhecimentos, propondo novos serviços e ampliando o espaço do Serviço Social.

Nos últimos anos do século XX, a questão da importância de formação continuada como um requisito para o trabalho tornou-se forte nos mais variados setores profissionais e nos setores universitários, especialmente em países desenvolvidos. A idéia da atualização constante, em função das mudanças nos conhecimentos e nas tecnologias se tornou requisito essencial para a inserção no mundo do trabalho. Ou seja, a educação continuada foi colocada como aprofundamento e avanço nas formações dos profissionais (GATTI, 2008).

Assim sendo, a atualização do conhecimento deve ser praticada sistematicamente, uma vez que a evolução da tecnologia se deu de maneira muito rápida e, em consequência disso, os processos produtivos tiveram que se adaptarem as mudanças. A esse propósito, Sposati (2007) considera que o conhecimento produzido do Assistente Social termina sendo fortemente marcado pelo conhecimento prático, o que não significa desconhecer ou isolar-se de teorias gerais, mas construir um campo de conhecimento fortemente demarcado pela experiência real de vida, de dadas situações, por segmentos e classes sociais.

As inúmeras modificações, adaptações, novas práticas e reciclagem de antigas ações requerem qualificação permanente, de forma a contribuir com propostas de trabalho capazes de impulsionar a realização das mudanças pretendidas. A formação profissional da qual estamos tratando deve buscar eficiência e modernização, capacitando o profissional para uma atuação de nível macro.

O momento presente desafia os assistentes sociais a se qualificarem para acompanhar, atualizar e explicar as particularidades da questão social nos níveis nacional, regional e municipal, diante das estratégias de descentralização das políticas públicas. (IAMAMOTO, 2008, p. 41)

Vale ressaltar, que a proposta de traçar um perfil desse profissional é que possa levantar características importantes para entender o processo de qualificação destes perante o mundo do trabalho na contemporaneidade. Falar de formação profissional nesse cenário é imprescindível, numa perspectiva de formação continuada que atenda as demandas atuais.

Muitos profissionais vêem o trabalho cotidiano como um grande obstáculo, e que lhes impede a um exercício profissional comprometido com o projeto ético-político. No entanto, o desafio do Assistente Social nos dias de hoje é desenvolver propostas e trabalho criativas e inovadoras, que sejam capazes de concretizar direitos sociais previstos em lei à população usuária. As demandas e exigências requerem rearranjo de competências técnicas, políticas e operacionais. Enfim, são investimentos na formação profissional para práticas conscientes.

## **A FORMAÇÃO CONTINUADA E SEUS DESAFIOS NA PRÁTICA**

Ao realizar este estudo, verificou-se a falta de pesquisas sobre formação continuada com os profissionais de Serviço Social, o que tornou instigante e desafiador buscar alguns dados que pudessem subsidiar este tema até então pouco explorado.

Este tema veio como sugestão da professora Janice Merigo, responsável pelo curso de pós-graduação, pelo fato da pesquisadora não trabalhar na área de formação atualmente, e seria uma pesquisa útil para verificar a qualificação e o compromisso dos profissionais do Serviço Social que atuam nas diversas políticas públicas, assim como para a universidade utilizar estes dados como diagnóstico.

A pesquisa caracterizou-se como qualitativa de caráter exploratório. Na perspectiva de Minayo (2007, p. 14), a metodologia “é o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade [...]. Na verdade, a metodologia é muito mais que técnicas. Ela inclui as concepções teóricas da abordagem, articulando-se com a teoria, com a realidade empírica e com os pensamentos sobre a realidade”.



A estratégia para a coleta de dados procedeu-se através de convite de forma intencional para profissionais que são do círculo de relacionamentos da pesquisadora, a responder um breve questionário de pesquisa, que foi encaminhado via ferramenta Google Docs<sup>5</sup>, de fácil visualização e uso. Diante das novas ferramentas disponibilizadas via internet, optou-se pelo encaminhamento de questionários online, já que isso contribui para a redução de custos e tempo para a pesquisa.

Ao todo, foram convidados quinze profissionais, primeiramente através de um site de relacionamentos no qual mantemos contato. Depois deste contato, o questionário foi encaminhado para o email dos pesquisados. A princípio houve uma manifestação positiva por parte dos colegas em responder o tal questionário, porém o resultado final foram de 6 retornos. Isso leva a crer que há uma falta de compromisso e interesse de alguns profissionais do Serviço Social, que não estão privilegiando a vivência com a produção de conhecimentos para a própria categoria profissional.

A faixa etária dos sujeitos participantes é semelhante, sendo dois de 24, 26, 27, 28 e 35 anos de idade. O tempo de formação também é semelhante, um formado há apenas 1 ano, dois formados há 1 ano e meio, dois formados há 4 anos e um sujeito formado há 10 anos. Destes seis sujeitos, apenas um não trabalha na área de formação atualmente.

No período da Graduação, todos os sujeitos realizaram estágio obrigatório na área, que é um período de compreensão e vivência da prática profissional, relevante para o aprendizado de competências próprias da atividade profissional. Mas é também nesse espaço que muitos alunos conseguem ser efetivados assim que concluem seus cursos. Por isto, questionamos aos pesquisados se trabalha ou trabalhou no local em que realizou o Estágio, após a conclusão da Graduação em Serviço Social:

Figura 1

Fonte: Elaboração da autora, 2012.

---

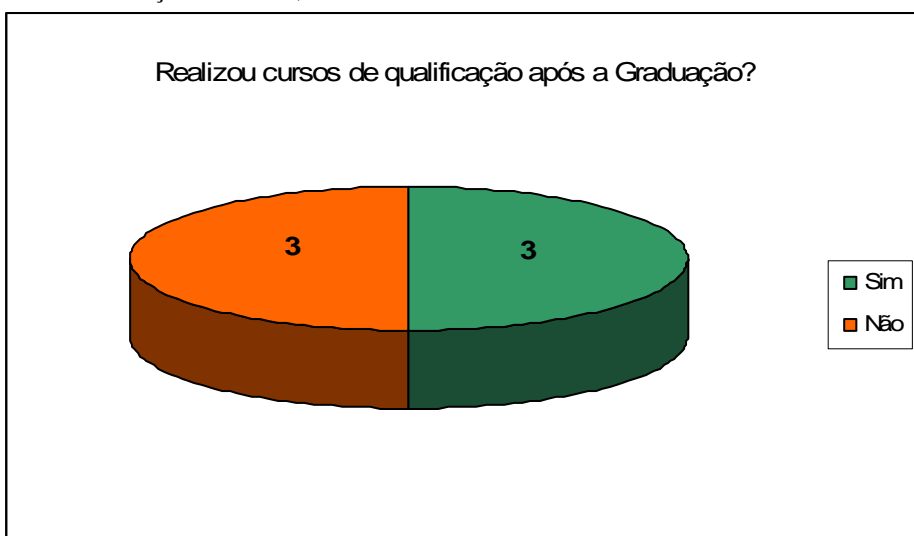
<sup>5</sup>A ferramenta Google Docs é um aplicativo online, disponível no site [www.google.com.br](http://www.google.com.br), e que permite aos usuários criar, editar e compartilhar documentos, textos, planilhas.



Ao contrário da tendência em diversas outras áreas, o campo de estágio para alunos do Serviço Social não garante efetivação do emprego após a conclusão do curso. Levando em consideração que muitos locais de estágio na área de Serviço Social são espaços públicos, em que a contratação é via concurso público, talvez seja o motivo do resultado demonstrado no gráfico acima, em que apenas uma (1) pessoa trabalha ou trabalhou no local de estágio.

Entre os informantes dessa pesquisa, cinco (5) pessoas trabalham atualmente na área de formação, e o questionário abordou em qual política pública estes profissionais estão atuando diretamente. As respostas foram: Assistência Social, Educação, Saúde e Sócio Jurídico. O gráfico abaixo trata dos cursos de qualificação após a Graduação, realizados pelos sujeitos da pesquisa:

Figura 2  
 Fonte: Elaboração da autora, 2012.

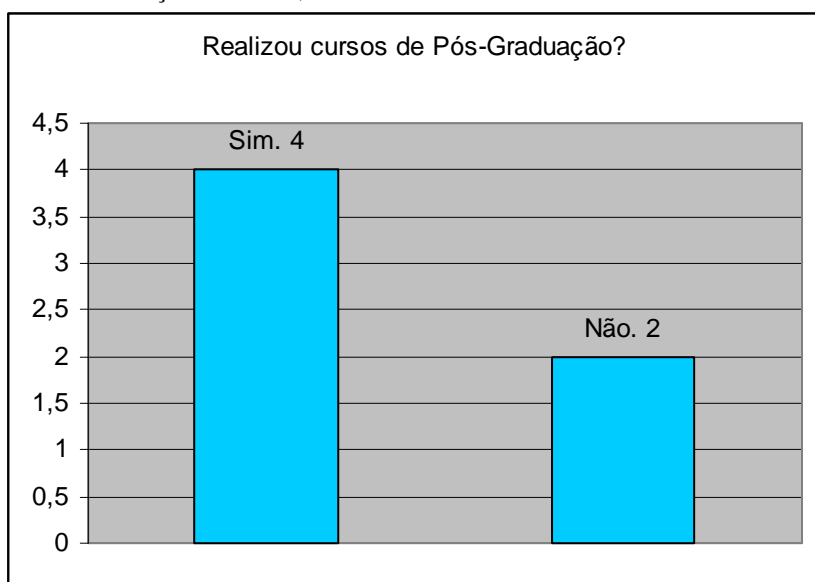


Para conhecer que tipo de cursos de qualificação os sujeitos da pesquisa se interessam, o questionário solicitou que descrevessem quais cursos foram realizados, e também quais cursos que consideram relevantes para a profissão. Infelizmente não foram declarados quais cursos fizeram. Apenas um dos pesquisados relatou que está concluindo um curso de pós-graduação (especialização).

Já outro sujeito da pesquisa relatou que tem interesse em fazer uma pós-graduação na área de Recursos Humanos, temática ainda pouco abordada na área do Serviço Social. Porém, com a expansão do mercado de trabalho para o Serviço Social, se faz necessário a busca pela qualificação em outras áreas de formação, pois conforme Abreo e Ribeiro (2003) passa a ser exigido do Assistente Social maior capacitação técnica para lidar com as informações e com outros campos de trabalho, que não são presentes no processo histórico da profissão, porque caso isso não ocorra, o profissional estará abrindo espaço para que um outro técnico ocupe seu posto de trabalho.

Sobre qualificação com cursos de pós-graduação, verifica-se que ocorreu também um aumento expressivo na procura dessa forma de educação continuada, tanto por recém-graduados como por profissionais de nível superior. Dentre os pesquisados, o quadro atual dos profissionais que buscaram um curso:

Figura 3  
Fonte: Elaboração da autora, 2012.



Por sua vez, os quatro sujeitos desta pesquisa que realizaram cursos de pós-graduação foram em nível *lato sensu* - Especialização, ou seja, não tivemos retorno de nenhum pesquisado que realizou pós-graduação em nível *stricto sensu* (Mestrado ou

Doutorado). Para tanto, Pilati (2006, p. 11) conclui sobre cursos de pós-graduação nível *lato sensu*:

[...] uma alternativa eficiente para se reconhecer o domínio de uma especialidade ou de atualização dos profissionais das mais diversas áreas técnicas e acadêmicas, desvinculada da perspectiva de acesso à pós-graduação *stricto sensu* e do engajamento nas estruturas acadêmicas da pesquisa científica e do ensino. Acrescente-se o caráter temporário, versátil, dinâmico e de agilidade na resposta a necessidades específicas, o que permite a esses cursos serem vistos como instrumentos não apenas de formação como também de disseminação do conhecimento por organizações, estudiosos e profissionais.

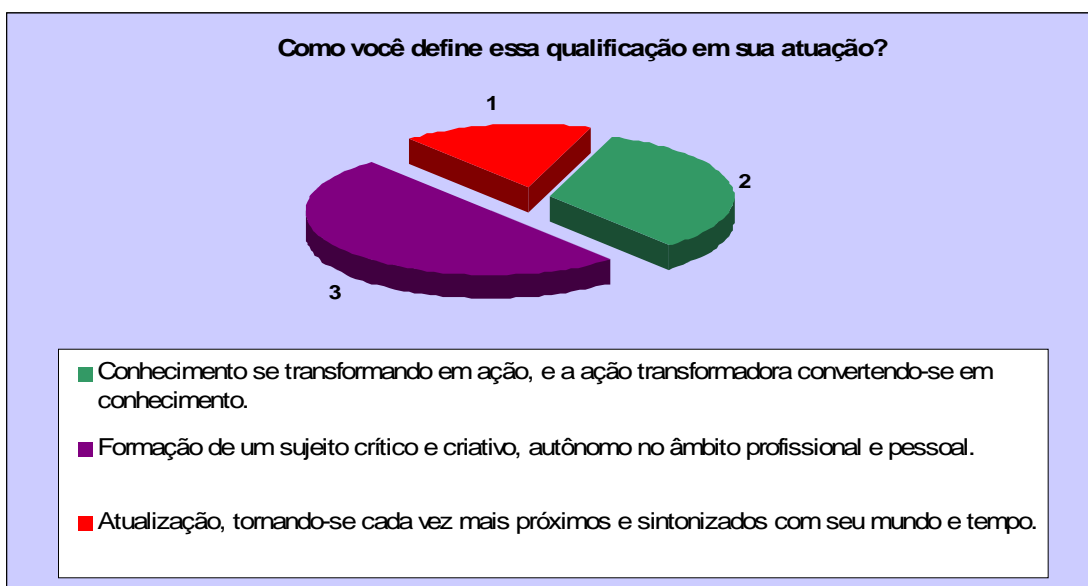
A construção de conhecimento através da formação continuada independe do tipo de curso que se faz, o que se observa é a necessidade do profissional em continuar a formação teórica e metodológica dos processos de trabalho no campo profissional.

Do conjunto de questões levantadas, também se buscou a informação se a formação continuada está dentro da atual área de atuação, e três participantes da pesquisa responderam que sim. Esse resultado esclarece que o foco do conhecimento e ação são as práticas profissionais, ou seja, a formação se dá enquanto acontece a prática, na perspectiva de construção de novos conhecimentos e de novas práticas reflexivas, inovadoras e autônomas.

A formação continuada e profissional, da qual estamos tratando, deve buscar eficiência e modernização, capacitando o profissional para uma atuação de nível macro. Nesta perspectiva, levamos aos pesquisados a reflexão do que sentem e pensam sobre a formação continuada, e questionamos como definem essa qualificação na atuação profissional, tanto para aqueles que já fizeram cursos afins ou de pós-graduação como para os que ainda não fizeram:

Figura 4

Fonte: Elaboração da autora, 2012.



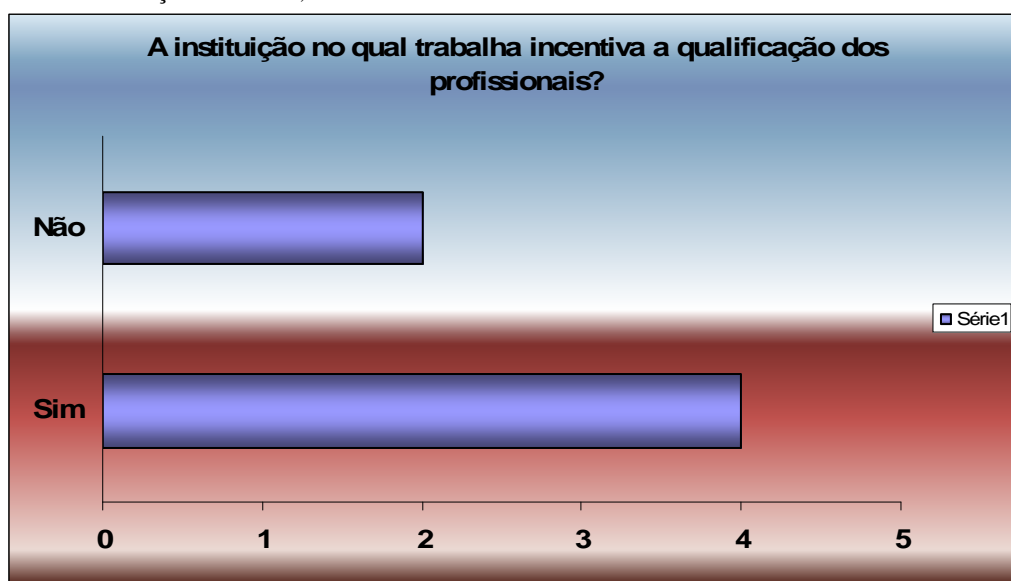
Nessa questão da pesquisa também havia como opção: Consolidação de um espaço de reencontro e enredamento dos profissionais da região e arredores – ampliação da rede de contatos; que não foi assinalada por nenhum sujeito da pesquisa. Devo ressaltar que através da formação continuada é possível socializar as práticas e conhecimentos, trocar experiências, estabelecer novas relações e parcerias com os profissionais da área, enfim, são oportunidades que no dia a dia e na cotidianidade do exercício profissional se torna mais difíceis. Maia e Barbiani (2003, p.3) acrescentam:

A formação continuada não vem para preencher lacunas da formação inicial, mas para inseminá-la, provocando reflexão e promovendo interrogações de sentido e efetividade. Assim, a formação inicial se abastece e se transforma com o diálogo rico, estabelecido com organizações, movimentos, atores que estão construindo seus projetos profissionais. Transformando-se, vai produzindo profissionais qualitativamente diferentes, cada vez mais próximos e sintonizados com seu mundo e tempo histórico.

Há ainda outra dimensão importante na qual a educação contínua contribui significativamente: a construção de profissionais mais engajados na luta pelos direitos nas políticas públicas, ou seja, a formação do caráter crítico, que implique na construção de novos sujeitos políticos, na perspectiva de valores democráticos. Nesse sentido, Chauí (2008, p. 194) considera que “a questão democrática implica, pois, criar condições para que o cidadão seja soberano e interfira realmente nas decisões sociais e econômicas através dos órgãos de decisão política”.

Em contrapartida, questionamos se as instituições que trabalham nossos sujeitos da pesquisa incentivam a qualificação permanente dos profissionais, de forma a contribuir com propostas de trabalho capazes de impulsionar as mudanças pretendidas:

Figura 5  
Fonte: Elaboração da autora, 2012.



Esse resultado se mostra positivo, e demonstra que as instituições estão preocupadas com a qualificação de seus colaboradores, visando profissionais competentes para lidar com as demandas e pressões do mundo do trabalho.

Conforme estabelece as diretrizes para a política nacional de capacitação da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS - NOB-RH/ SUAS (BRASIL, 2007), aos trabalhadores da área da Assistência Social, a capacitação deve ser promovida com a finalidade de produzir e difundir conhecimentos que devem ser direcionados ao desenvolvimento de habilidades e capacidades técnicas e gerenciais, ao efetivo exercício do controle social e ao empoderamento dos usuários para o aprimoramento da política pública.

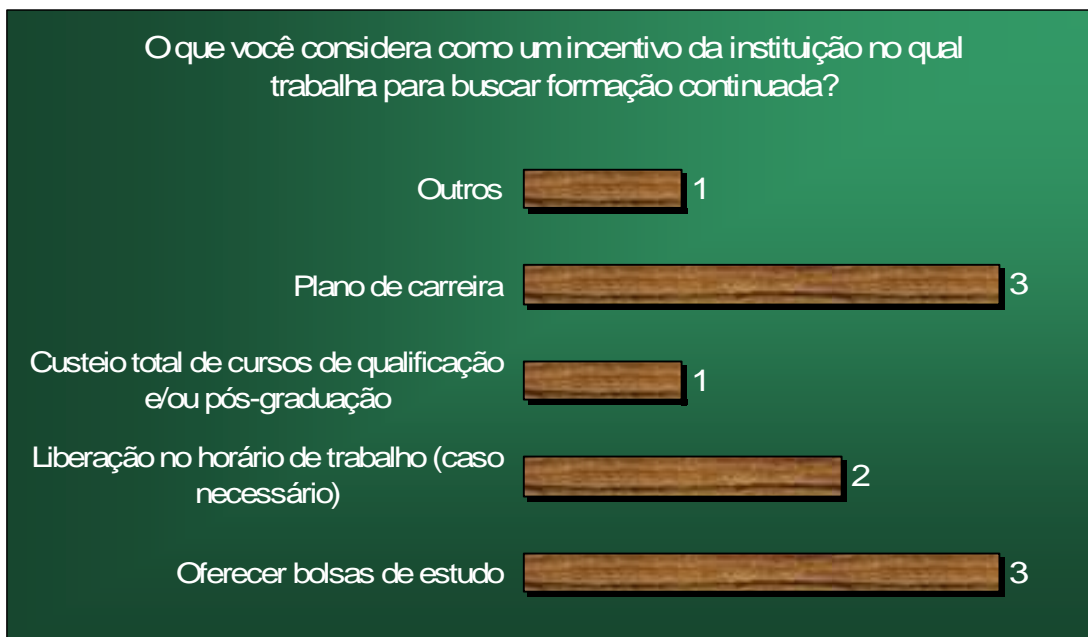
Em suma, nos últimos anos, grandes mudanças estão acontecendo na sociedade brasileira e nas organizações, sejam elas governamentais, não governamentais ou empresas. Essas mudanças estão permeando o trabalho dos assistentes sociais, e é fundamental avaliar o impacto dessas mudanças, para tecer considerações sobre sua repercussão na prática profissional e na realidade social, e delinear em conjunto com a categoria profissional o crescimento e reconhecimento da profissão.

Entretanto, na prática, é necessário um apoio concreto e subsídio por parte das instituições aos profissionais que tem a necessidade de dar continuidade aos estudos. Para se adequar às novas tendências da globalização e realidade do mercado, buscar a reestruturação curricular e contribuir ao processo de reconstrução profissional

dos Assistentes Sociais frente à contextualidade vigente, os profissionais pesquisados consideram como incentivo da instituição no qual atua:

Figura 6

Fonte: Elaboração da autora, 2012.



Além de incentivo, essas alternativas se tornam, por vezes, o único meio pelos quais os trabalhadores possam realizar algum tipo de qualificação, exceto plano de carreira. No item outros, o sujeito da pesquisa acrescenta como incentivo que a instituição ofereça os próprios cursos e capacitações.

Vale ressaltar que o plano de carreira é um grande incentivo, item motivador para o profissional buscar constantemente o aprimoramento de suas competências técnicas e comportamentais. O plano de carreira é importante tanto para a instituição quanto para seus colaboradores, uma vez que delimita as possibilidades de crescimento profissional de cada funcionário. Poder visualizar seu futuro e elaborar metas pessoais para alcançá-lo faz com que o membro trabalhe com mais motivação.

Em contrapartida, alguns fatores delimitam e interferem para se buscar qualificação, conforme questionamos:

Figura 7

Fonte: Elaboração da autora, 2012.



Levando em consideração que os pesquisados pensam sobre incentivo da instituição com bolsas de estudo e custeio de cursos de qualificação, aqui se verifica que os custos podem estar impedindo e dificultando o acesso à formação continuada. Parece que o profissional está disposto a enfrentar os desafios impostos no dia a dia, se houver contribuição da parte financeira para seu processo educativo de formação continuada. Em contrapartida, Perrenoud (1999 apud MAIA e BARBIANI, 2003) destaca que a autoformação resulta, idealmente, de uma prática reflexiva que se deve muito mais a um projeto pessoal ou coletivo do que a uma expectativa explícita da instituição.

Ao finalizar a análise dos dados, reflete-se que na cotidianidade, o mercado e as políticas públicas demandam aos assistentes sociais a tomada de consciência de um novo papel, onde ele se coloque como um profissional que percebe a importância da sua formação, para contribuir com a autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais, conforme os princípios éticos fundamentais da profissão.

## **CONCLUSÃO**

Ao concluir o presente artigo, cabe uma avaliação do contexto histórico de consolidação da assistência social enquanto política pública que ainda é recente. A LOAS foi promulgada em 1993, mas somente 12 anos depois houve um avanço para a concreta efetivação das ações socioassistenciais. Isso aconteceu a partir da união de



organizações representativas da categoria profissional, que engajados fizeram com que essa política pública de direito, previsto na Constituição, fosse implantado.

Ao longo dos anos as políticas públicas se adaptaram às novas realidades, criaram e recriaram suas leis, e se hoje a política de assistência social cresce e se fortalece, é graças a esses profissionais que tem cada vez mais a consciência de se qualificar para novas competências, na esfera da execução assim como na formulação e gestão de políticas sociais e empresariais, que venham atender as diversas demandas multifacetadas.

É sabido que a prática profissional do assistente social exige uma amplitude na produção de conhecimento, uma vez que esta relação teórico-metodológico sustenta e direciona a ação das políticas públicas. Os dados da pesquisa demonstraram que os assistentes sociais na contemporaneidade, frente às políticas públicas vigentes, estão buscando o diferencial em suas ações, através de cursos de qualificação e especialização. Isso reflete o compromisso de agregar valor e conhecimento, assim como novas estratégias capazes de orientar e instrumentalizar a ação profissional, que venha enriquecer suas capacidades crítica e criativa.

O interesse pela educação contínua é notório, contudo há a necessidade de maior incentivo, seja pelas instituições que os profissionais atuam, seja do conselho profissional e até das universidades ampliem a oferta de cursos voltados à área do Serviço Social.

Portanto, diante das perspectivas, possibilidades e da amplitude que a formação continuada trás, conclui-se que essa temática serve de incentivo para a autoavaliação dos profissionais, a construção do conhecimento e desenvolvimento da identidade profissional, e para que outros pesquisadores possam fomentar ainda mais os estudos e trazer mais dados que possibilitem a troca de experiências, novas reflexões, enfim, ampliando os horizontes da profissão.

## REFERÊNCIAS

ABREO, Ana Carolina Santini; RIBEIRO, Renata Mendes. O fazer profissional do Assistente Social de empresas em Londrina. **Serviço Social em Revista**, vol. 6, nº 1, Londrina, jul./dez. 2003. Disponível em <<http://www.uel.br/revistas/ssrevista/>>. Acesso em 14 maio 2012.

ALBUQUERQUE, Simone. O trabalho do/a Assistente Social no Suas. In: SEMINÁRIO NACIONAL /CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - Gestão Atitude Crítica para Avançar na Luta, 2011, Brasília. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <[http://www.cfess.org.br/arquivos/SEMINARIO\\_SS\\_no\\_SUAS%282009%29.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/SEMINARIO_SS_no_SUAS%282009%29.pdf)>. Acesso em: 28 abr. 2012.

BRASIL. Lei nº 8742, de 7 de dezembro de 1993. **Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)**. Dispõe sobre a Organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8742.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742.htm)>. Acesso em 03 maio 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS)**. Brasília, janeiro de 2007.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e Democracia: O discurso competente e outras falas**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

FREITAS, Rosana de C. Martinelli. O governo Lula e a proteção social no Brasil: desafios e perspectivas. **Revista Katálysis**, nº 1, vol. 10, Florianópolis: Ed. UFSC, 2007.

GATTI, Bernardete A. Análise das políticas públicas para formação continuada no Brasil, na última década. **Revista Brasileira de Educação**, nº 37 vol. 13, jan./abr. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v13n37/06.pdf> Acesso em 3 maio 2012.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O trabalho do Assistente Social frente às mudanças do padrão de acumulação e de regulação social**. In: Capacitação em Serviço Social: módulo 1. Brasília: CEAD/UnB/Cfess, 1999.  
\_\_\_\_\_. **O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e formação profissional**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MAIA, Marilene; BARBIANI, Rosângela. A formação continuada em Serviço Social: uma experiência em construção. **Revista Virtual Textos & Contextos**, nº 2, dez. 2003. Disponível em <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/949/729>. Acesso em 01 abril 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade.** Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

OLIVEIRA, Cláudia Hochheim; PINTO, Maira Meira. **Política de assistência social e cidadania no Brasil hoje: alguns elementos para discussão.** Revista *Katálisis*, n. 1, vol. 8, Florianópolis: Ed. UFSC, 2005.

PILATI, Orlando. Especialização: falácia ou conhecimento aprofundado? **Revista Brasileira de Pós-Graduação – RBPG**, nº 5, vol. 3, jun. 2006.

Disponível em:

[http://www2.capes.gov.br/rbpg/images/stories/downloads/RBPG/Vol.3\\_5\\_jun2006/Debates\\_Artigo1\\_n5.pdf](http://www2.capes.gov.br/rbpg/images/stories/downloads/RBPG/Vol.3_5_jun2006/Debates_Artigo1_n5.pdf) Acesso em 15 maio 2012.

SPOSATI, Aldaíza. Pesquisa e produção de conhecimento no campo do Serviço Social. **Revista Katálisis**, número especial, vol. 10, Florianópolis: Ed. UFSC, 2007.

YAZBEK, Maria Carmelita. **SUAS: Configurando os eixos de mudança / Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome, Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – 1 ed. – Brasília: MDS, 2008.**